



Relatório da Administração

O Banco KDB do Brasil S.A. (KDB Brasil) é uma subsidiária do The Korea Development Bank "KDB", instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o maior comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia.

O KDB Brasil tem como objetivo principal o financiamento, a curto e longo prazo, do comércio e da indústria em geral, incluindo financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro, financiamento de projetos do tipo "project finance" e Social Overhead Capital (SOC) projects: projetos

relativos à infraestrutura de áreas públicas, tais como rodovias, portos, aeroportos, metrô, sistemas de energia elétrica e redes de água e esgoto. São Paulo, 31 de dezembro de 2011

A Administração

Balanços patrimoniais - 31/12/2011 e 2010 (Em MR\$)		
	2011	2010
Ativo		
Circulante	280.750	508.485
Disponibilidades	892	652
Aplicações interfinanceiras de liquidez	187.385	175.464
Aplicações em operações compromissadas	107.562	165.972
Aplicações em depósitos interfinanceiros	76.483	760
Aplicações em moedas estrangeiras	3.340	8.732
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	73.569	324.250
Carteira própria	73.569	182.497
Vinculados ao Banco Central do Brasil	-	141.753
Relações interfinanceiras	343	115
Depósito compulsório	15.878	5.728
Operações de crédito	27.382	27.831
Empréstimos	(11.504)	(22.103)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.678	2.266
Outros créditos	690	1.578
Créditos tributários	1.517	102
Impostos e contribuições a compensar	471	586
Outros valores	5	10
Outros valores e bens	365.135	273.606
Despesas antecipadas	362.934	233.634
Realizável a longo prazo	346.767	202.719
Imobilizável a longo prazo	15.364	30.915
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	803	-
Carteira própria	2.201	39.972
Vinculados a prestação de garantias	14.498	112.273
Vinculados a compromissos de recompra	(12.297)	(72.301)
Operações de crédito	566	375
Empréstimos	5	10
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	10
Investimentos	56	362
Outros investimentos	1.226	1.186
Imobilizado de uso	(665)	(824)
Depreciações acumuladas	-	3
Diferido	523	523
Gastos de organização e expansão	(523)	(520)
Amortizações acumuladas	646.451	782.466
Total do ativo		
Passivo		
Circulante	393.195	862.587
Depósitos	82.694	220.100
Depósitos à vista	25.283	4.308
Depósitos a prazo	57.411	215.792
Captações por operações compromissadas	803	-
Carteira própria	803	-
Relações interdependências	981	6.791
Relações interdependências	981	6.791
Obrigações por empréstimos e repasses	306.773	632.771
Empréstimos no exterior	306.773	632.771
Outras obrigações	1.944	2.225
Cobrança arrecadação tributos e assemelhados	188	120
Fiscais e previdenciárias	387	289
Negociação e intermediação de valores	-	1.198
Diversas	1.369	1.318
Exigível a longo prazo	178.145	1.065
Depósitos	141	1.065
Depósitos a prazo	141	1.065
Obrigações por empréstimos e repasses	178.004	-
Empréstimos no exterior	178.004	-
Resultado de exercícios futuros	13	10
Resultado de exercícios futuros	13	10
Patrimônio líquido	75.098	(81.196)
Capital	-	-
De domiciliados no exterior	324.969	175.509
Reserva de lucros	829	829
(-) Ajustes ao valor de mercado - TVM	(1.035)	(2.366)
Prejuízos acumulados	(249.665)	(255.168)
Total do passivo	646.451	782.466

Demonstrações do resultado - Semestre findo em 31/12/2011 e exercícios findos em 31/12/2011 e 2010 (Em MR\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)			
	2º sem.	2011	2010
Receitas/(Despesas) com intermediação financeira	34.947	88.485	(82.237)
Operações de crédito	3.599	5.579	9.697
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	29.253	81.610	(80.995)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(556)	(6.340)	(2.226)
Resultado de operações câmbio	2.479	7.636	(8.713)
Despesas da intermediação financeira	(32.099)	(70.897)	(117.530)
Operações de captações no mercado	(5.225)	(14.049)	(8.678)
Operações de empréstimos e repasses	(23.611)	(46.446)	(47.278)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.263)	(10.402)	(61.574)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.848	17.588	(199.767)
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.456)	(11.615)	(10.330)
Recargas de prestação de serviços	226	281	45
Despesas de pessoal	(3.247)	(6.506)	(5.991)
Outras despesas administrativas	(1.821)	(3.606)	(3.922)
Despesas tributárias	(545)	(1.604)	(522)
Outras receitas operacionais	16	28	269
Outras despesas operacionais	(85)	(208)	(209)
Resultado operacional	(2.608)	5.973	(210.097)
Resultado não operacional	(181)	(181)	(157)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(2.789)	5.792	(210.254)
Imposto de renda e contribuição social	3.425	-	-
Provisão para imposto de renda	2.137	-	-
Provisão para contribuição social	1.288	-	-
Participações no lucro	(289)	(289)	-
Lucro/prejuízo do semestre/exercício	347	5.503	(210.254)
Lucro/prejuízo por lote de mil ações - em R\$	1,07	16,93	(117,78)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Semestre findo em 31/12/2011 e exercícios findos em 31/12/2011 e 2010 (Em MR\$)			
	2º sem.	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais	347	5.503	(210.254)
Lucro/(prejuízo)	68	122	268
Depreciações e amortizações	-	-	(27.086)
Reversão desvalorização de títulos livres	-	-	(2.086)
Reversão reservas de atualização de títulos patrimoniais	-	-	(5.501)
Provisão para operações de crédito	3.263	10.402	61.644
Lucro na alienação de vendas do ativo	-	-	(4)
Ajuste ao valor de mercado - títulos disponível para venda	(3.458)	1.331	(2.225)
Lucro líquido ajustado	220	17.358	(178.058)
Variação de ativos e passivos:	80.961	60.847	209.205
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(47.442)	(70.330)	95.875
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	140.944	121.381	32.680
Aumento em relações interfinanceiras	(202)	(228)	(80)
Redução em relações interdependências	(1.403)	(5.810)	6.791
Redução em operações de créditos	7.842	17.219	74.856
(Aumento)/Redução em outros créditos	12.620	(412)	(964)
Redução em outros valores e bens	2	5	87
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(31.402)	(981)	12
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	2	2	(52)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	81.181	78.205	31.147
Atividades de investimentos:	-	-	(4)
Aquisição de investimentos	-	-	5
Alienação de investimentos	-	-	3
Aquisição de imobilizado de uso	(298)	(319)	(45)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(298)	(314)	(46)
Atividades de financiamento:	(64.798)	(138.330)	120.204
Redução em depósitos	803	803	-
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	(17.292)	(147.994)	(185.627)
Redução em obrigações p/empréstimos e repasses	-	-	149.460
Aumento de capital por subscrição	(81.287)	(136.061)	42.575
Caixa líquido originado/(consumido) em atividades de financiamento	(404)	(58.170)	73.656
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	108.858	166.624	92.968
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	108.454	108.454	166.624
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	(404)	(58.170)	73.656

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestre findo em 31/12/2011 e exercícios findos em 31/12/2011 e 2010 (Em MR\$)

	Reserva de capital	Reserva de lucros - legal	Ajustes ao valor de mercado	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	67.531	401	829	(44.914)	23.706
Aumento de capital	107.978	-	-	-	107.978
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	(2.225)	-	(2.225)
Reversão de atualização títulos patrimoniais	-	(401)	-	(210.254)	(210.254)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(81.196)	(81.196)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	175.509	-	829	(2.366)	(149.460)
Aumento de capital	149.460	-	-	-	149.460
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	1.331	-	1.331
Lucro do exercício	-	-	-	5.503	5.503
Saldos em 31 de dezembro de 2011	324.969	-	829	(1.035)	(249.665)
Saldos em 30 de junho de 2011	324.969	-	829	(2.423)	(78.209)
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(3.458)	(3.458)
Lucro do semestre	-	-	-	347	347
Saldos em 31 de dezembro de 2011	324.969	-	829	(1.035)	(249.665)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras - 31/12/2011 e 2010 (Em MR\$)

1. Contexto operacional: O Banco KDB do Brasil S.A. (Banco) foi constituído em 7 de outubro de 2005, tendo obtido a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil - BACEN em 18 de outubro de 2005, como banco múltiplo, realizando operações e serviços bancários por intermédio das carteiras comercial e de investimento, além da execução de operações no mercado de câmbio. O Banco é uma subsidiária do The Korea Development Bank "KDB", instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o maior comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia. O Banco recebeu em janeiro de 2011, aporte de capital da Matriz no valor de R\$ 149.460 para continuar a trabalhar na renegociação e recuperação dos créditos em curso normal. O Banco tem planos de retomar as operações normais gradualmente com novos créditos e produtos, considerando a adequação do capital e o gerenciamento dos riscos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações; Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em 01 de abril de 2011 as operações com Certificados de Créditos Bancários - CCB e Cédulas de Produto Rural - CPR existentes na carteira do Banco foram reclassificadas do grupo de "Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos" para o grupo de "Operações de crédito". As operações com Certificados de Créditos Bancários - CCB e Cédulas de Produto Rural - CPR efetuadas por intermédio dos fundos de investimento estão registradas como investimento em cotas de fundos, no grupo "Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos". Para efeito de comparação com os saldos de 2010 foram reclassificados, conforme demonstrado a seguir:

	2010	2010	2010
Descrição	Saldo antes da reclassificação	Reclassificação das CCBs	Saldo após reclassificação
Balanco Patrimonial			
Circulante			
Títulos e valores mobiliários e instr. financ. derivativos	329.978	(5.728)	324.250
Operações de créditos	-	5.728	5.728
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários e instr. financ. derivativos	273.606	(39.972)	233.634
Operações de créditos	-	39.972	39.972
Demonstração do Resultado - DRE			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(133.317)	(52.322)	(80.995)
Rendas de operações de créditos	375	9.322	9.697
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70	(61.644)	(61.574)
Demonstração do Fluxo de Caixa			
Fluxo de Caixa das atividades operacionais:			
Provisão para perdas com títulos e valores mobiliários	(61.644)	61.644	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(61.644)	(61.644)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	95.009	(61.644)	33.365
Redução em operações de créditos	13.212	61.644	74.856

Na elaboração das demonstrações financeiras, certos valores são registrados por estimativa as quais são estabelecidos com a aplicação de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para perdas sobre títulos e valores mobiliários, provisões judiciais, entre outros. A Administração do Banco revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2012.

3. Principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência, que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, índices e taxas oficiais sobre ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo prazo das operações na data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor; utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo. Os valores estão apresentados abaixo:

	30/06/2011	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	571	892	652
Aplicações em operações compromissadas	108.287	107.562	165.972
Total	108.858	108.454	166.624

c) Títulos e valores mobiliários: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, deduzido o resultado de acordo com o aplicável. **d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção ("hedge"). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionado no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza: (i) Hedge de risco de mercado - Os ativos passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. (ii) Hedge de fluxo de caixa - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O Banco não utiliza as prerrogativas de classificação e designação das operações de derivativos como Hedge, para fins contábeis. **e) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata temporis") e cambiais auferidos e ajustado por provisão para ajuste a valor de mercado do dia da realização, quando aplicável. **f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao risco, levando em consideração a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As provisões para créditos de liquidação duvidosa, são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para atender a eventuais perdas na realização de créditos de acordo com os critérios estabelecidos pelo BACEN. **g) Imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo 10% para equipamentos do uso, instalações, móveis e utensílios, sistemas de comunicação e de segurança e 20% para sistemas de processamento de dados e veículos, beneficiários em imóveis de terceiros e gastos com aquisição e desenvolvimento logístico, e são amortizados com base na vigência dos direitos contratuais e a taxa anual de 20%. **h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment):** É reconhecida uma perda por Impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por Impairment, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por Impairment. Em 31 de dezembro de 2011 não foram identificados ativos registrados com indicação de perda por Impairment. **i) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata temporis") e cambiais incorridos. **j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota básica de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder R\$ 20 mensais (R\$ 240 no exercício). A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 15%, do lucro ajustado antes do imposto de renda. **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações

financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. Os detalhes relativos aos principais processos judiciais estão descritos na nota 17. **l) Resultado de exercícios futuros:** Resultados de exercícios futuros referem-se a comissões de prestações de fiança e são apropriados diariamente ao resultado

Notas Explicativas às demonstrações financeiras - 31/12/2011 e 2010 (Em R\$)

relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Operações/Partes relacionadas	2011		2010	
	Grau de relação	Prazos até	Ativo/ Receitas/ (Passivo) (Despesas)	Ativo/ Receitas/ (Passivo) (Despesas)
Depósitos à vista	Ligada	Indeterminado	(171)	(47)
Obrigações por empréstimos	Controlador	31/10/2013	(484.777)	(46.446)

b) Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 2.653 (R\$ 2.932 em 2010), a qual é considerada benefício de curto prazo.

16. Patrimônio líquido: **a) Capital social:** O capital social, totalmente subscrito, está representado por 324.969.004 ações (175.509.118 ações em 2010) ordinárias e nominativas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A Assembleia Geral Extraordinária de 26 de janeiro de 2011 aprovou aumento de capital no montante de R\$ 149.460, que foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 01 de fevereiro de 2011 através do processo nº 1101503601. **b) Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo anual, mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal, podendo ser deliberado em Assembleia Geral a distribuição de um dividendo inferior ao obrigatório ou não distribuição de dividendos, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente. Não foram propostos e nem distribuídos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, por não existir situação de distribuição.

17. Provisões judiciais: O Banco responde a 2 (dois) processos de natureza trabalhista que foram provisionados pela Administração no montante de R\$ 390 em 2011 (R\$512 em 2010).

18. Patrimônio de Referência Exigido - PRE: O Banco Central do Brasil, através da resolução nº 3.490 de 29 de agosto de 2007, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito, a partir de 1 de julho de 2008. Em 31 de dezembro de 2011, esse índice foi de 23,01% (15,21% em 2010). O índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

Alocação de capital por risco:

	2011	2010
Pepr	35.758	42.464
Pcam	-	-
Pjur 1	-	41
Pjur 2	-	637
Popr	-	-
Pacs	-	280
Rban	141	372
Patrimônio de referência exigido	35.899	43.794
Patrimônio de referência	75.098	60.556
Índice da Basileia	23,01%	15,21%

Afim de reforçar temporariamente seu limite de Patrimônio de Referência Exigido - PRE, o Banco vinculou no segundo semestre de 2010, títulos federais - Letras do Tesouro Nacional - LTN ao Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 139.926, sendo R\$ 51.202 em 28 de outubro de 2010, R\$ 70.154 em 29 de novembro de 2010 e R\$ 18.570 em 22 de dezembro de 2010, elevando o índice de capital em 31 de dezembro de 2010 para 15,21%, em conformidade com a resolução 3.398 de 29 agosto de 2006. A Assembleia Geral Extraordinária de 26 de janeiro de 2011 aprovou aumento de capital no montante de R\$ 149.460, que foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 01 de fevereiro de 2011 através do processo nº 1101503601, como parte do plano de regularização do desenquadramento de capital. Com a integralização desse capital, o Banco passou a ficar dentro dos limites de capital exigido pelo BACEN.

19. Outras informações: a) Despesas de pessoal

	2011	2010
Pró-labore da diretoria	(2.416)	(2.543)
Proventos	(2.144)	(1.577)
Benefícios e treinamento	(692)	(790)
Encargos sociais	(1.254)	(1.081)
Total	(6.506)	(5.991)

b) Outras despesas administrativas

	2011	2010
Processamento de dados	(609)	(526)
Depreciação e amortização	(123)	(268)
Comunicação	(252)	(298)
Aluguel	(873)	(796)
Condomínio	(183)	(165)
Despesas de serviços técnicos especializados	(507)	(805)
Despesas de viagens no país e exterior	(96)	(60)
Serviços do sistema financeiro	(205)	(384)
Publicações e promoção relações públicas	(200)	(186)
Serviços de segurança e vigilância	(55)	(57)
Despesas de transportes	(93)	(62)
Serviços de terceiros	(46)	(65)
Multas e juros	(37)	(16)
Refeição	(38)	(54)
Outros	(289)	(180)
Total	(3.606)	(3.922)

c) Despesas tributárias

	2011	2010
COFINS	(1.307)	(396)
PIS	(212)	(64)
Impostos municipais e outros	(85)	(62)
Total	(1.604)	(522)

d) Outras informações: O Banco prestou fiança no montante de R\$ 2.168 (R\$ 1.758 em 2010), com vencimento até 10/07/2012.

A Diretoria

Valdemir Rodrigues dos Santos - Contador - CRC 1SP111087/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas do Banco KDB do Brasil S.A. - Examinamos as demonstrações financeiras do Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de

riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco KDB do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota 5a, o Banco possui ativos em Títulos Públicos Federais - Precatórios, no montante de R\$ 23.040 mil, cujo fluxo de pagamento está bloqueado judicialmente em função de pendências do credor original dos títulos junto à União. A Administração interrompeu o reconhecimento dos juros pró-rata para esses títulos até que a situação seja regularizada. Devido a existência de incertezas relativa ao desfecho futuro destes títulos, não é possível, nesse momento, estimar se o Banco incorrerá em alguma perda na realização dos referidos ativos. Conforme mencionado na nota 5b, o Madri Fundo de Investimento no Exterior Multimercado Crédito Privado ("Fundo Madri"), do qual o Banco é investidor exclusivo em um

montante de R\$108.752 mil em 31 de dezembro de 2011, possui ativos em Cédulas de Produto Rural Financeira - CPRFs, no montante de R\$ 130.593 (R\$ 97.945, líquido de provisão para perdas), com um mesmo emissor/contraparte, cujos vencimentos originais em 2011 foram aditados para 2013 e 2014. O Fundo Madri fez um contrato de reestruturação dos créditos referentes a esses CPRFs para substituir os respectivos títulos por precatórios da União, em montante suficiente para cobrir os valores contratuais referentes aos respectivos créditos. Essa reestruturação depende ainda de trâmites relacionados ao processo dos precatórios, não sendo possível, nesse momento, estimar se o Fundo e o Banco incorreriam em alguma perda na realização dos referidos créditos.

São Paulo, 26 de março de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC-1SP184050/O-6